

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 855.578 - SP (2016/0041341-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : JOSÉ LUÍS POLEZI
ADVOGADO : ISABELA CRISTIANA MENDES MARRA - DF057569
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO *DECISUM* EMBARGADO. EXPRESSA MANIFESTAÇÃO QUANTO À SUPOSTA ATIPICIDADE DA CONDUTA DELITIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. PRECEDENTES. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admite embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do Código de Processo Penal – CPP. Precedente.

2. Não subsiste a alegada omissão, pois houve expressa manifestação no *decisum* embargado.

3. A análise da atipicidade ou não da conduta delitiva demandaria, obrigatoriamente, revolvimento fático-probatório dos autos, inviável nesta instância recursal, por óbice do enunciado n.7 da Súmula/STJ. Precedentes.

4. Embargos declaratórios rejeitados, com determinação de baixa dos autos à Corte de origem, após a certificação de trânsito em julgado, independente de interposição de outro recurso

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de março de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

